

Mesa-redonda: “Memória e Correspondência”

Um fato e várias fontes:
imprensa, correspondência, relatos orais

ALICE BEATRIZ DA SILVA GORDO LANG

Doutora em Sociologia pela USP e pesquisadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos - CERU/USP

1 - Uma primeira versão deste trabalho foi publicada pela Revista de História n. 125-126, com o título: “Correspondência e depoimentos orais: reflexões a partir da comparação entre duas fontes de dados para o estudo do passado”.

Para o estudo do passado recente, [1] o pesquisador tem a possibilidade de utilizar inúmeras fontes, fontes de natureza diversa. São várias as possibilidades e visões que se agregam, então, para tornar o conhecimento mais abrangente, aprofundado e significativo: o conhecimento de fatos, o conhecimento da sociedade em que tais fatos ocorreram.

Apresento um exemplo de utilização de três fontes para o estudo de um mesmo fato. O fato é a Revolta de 1924, um movimento sedicioso que ocorreu dentro da cidade de São Paulo. O intuito era conhecer a Revolta, não apenas através de documentos oficiais, mas buscando perceber ‘como o movimento foi vivido’ pela população.

É um passado que progressivamente vai se distanciando, mas sobre o qual ainda pude contar com o testemunho de pessoas que dele participaram.

As ocorrências que se dão no campo da política, no nível, portanto, da sociedade mais ampla, vêm se refletir no nível individual. Procurei verificar como os acontecimentos políticos eram vivenciados por famílias e especialmente mulheres, que moravam na cidade de São Paulo nas décadas iniciais do século XX. Focalizei grupos familiares de uma determinada camada social: a camada média-alta, camada privilegiada sob muitos aspectos.

Se o campo da política tem sua referência na ordem pública, o campo da família está na ordem privada. O reflexo dos acontecimentos políticos no grupo familiar evidencia a intersecção entre os dois planos: o público e o privado.

Trabalho, portanto, com a interconexão entre o *público*, dimensão relativa aos fatos políticos, e o *privado*, dimensão referida ao indivíduo, ao grupo familiar e à vida cotidiana.

Utilizei duas fontes escritas - a imprensa do período e uma correspondência

familiar; e uma fonte oral, constituída por relatos orais de mulheres que viviam na cidade de São Paulo nesse tempo.

Observo que estas fontes de dados foram selecionadas e analisadas em projetos com objetivos mais amplos e que abrangiam períodos maiores, mas centrados na política no Estado de São Paulo; em todos eles havia a referência ao mesmo fato, a Revolta de 1924 em São Paulo, selecionado então para estas reflexões. Cada fonte tem suas especificidades e deve ser utilizada segundo seus pressupostos e possibilidades. No caso das fontes utilizadas, há a questão do tempo, da origem, autoria, e da intencionalidade na criação do documento.

OS FATOS

A década de 20 conheceu inúmeras manifestações de oposição ao poder constituído. Em 1924, a cidade de São Paulo foi palco de um levante realizado por uma ala do Exército. O movimento não visava especificamente São Paulo, nem pretendia nela se restringir. Motivos táticos levaram à opção por São Paulo para o início do movimento que contestava o governo do país e que deveria, segundo os planos iniciais, irromper simultaneamente em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. A finalidade do movimento não era apenas derrubar o Presidente da República, Artur Bernardes, mas implantar o programa revolucionário.

O movimento sedicioso teve início na madrugada do dia 5 de julho. O elemento surpresa fazia parte do plano, visando neutralizar a superioridade das forças governistas. Desde a madrugada do dia 5, nos bairros da Luz e dos Campos Eliseos, centro principal dos acontecimentos, ouviam-se de momento a momento descargas de metralhadoras e tiros de carabina. Seguia-se com menor intensidade o bombardeio em outros bairros. No bairro da Luz se localizava a estação de trens e nos Campos Eliseos, o Palácio do Governo. As comunicações telefônicas e o fornecimento de energia elétrica sofriam cortes.

Já no dia 6, o Presidente Artur Bernardes enviou mensagem ao Congresso Nacional solicitando a decretação do estado de sítio e afirmando que o foco da revolta estava na Capital da República. Imediatamente enviou para Santos uma esquadra composta dos *destroyers* “Bahia” e “Alagoas” e do *couraçado* “Minas Gerais”, com um efetivo de mais de 3.000 homens. (*O Estado de S. Paulo*, 8/7/24)

Face aos ataques ao Palácio dos Campos Eliseos, o Presidente do Estado, Carlos de Campos, transferiu a sede do Governo para Guaiaúna, localidade próxima ao bairro da Penha. A saída do governo e das forças legalistas da cidade obedecia a uma estratégia que consistia em promover o cerco da cidade, impedindo a saída

dos revoltosos para o Rio ou para Santos. Contudo, esta estratégia não foi naqueles dias divulgada pela imprensa.

Ainda no dia 9, a junta militar presidida pelo general reformado do Exército, Isidoro Dias Lopes, tomou conta do Palácio dos Campos Elíseos. Pretendiam os revoltosos convidar o Conselheiro Antonio Prado para assumir o governo de São Paulo. A Prefeitura da Capital continuaria nas mãos do prefeito Firmiano Pinto.

No dia 10, achavam-se os revoltosos senhores da situação, como se vê na manchete do *Jornal do Comércio* do dia 10, na primeira página: *Levante militar. As forças sublevadas triunfaram ocupando a capital.*

A cidade fora bombardeada, começavam já a escassear víveres. Saques ocorriam, com a conivência dos revoltosos, que pretendiam com isso obter o apoio da população. Combates sangrentos ocorriam em vários pontos da cidade. Inúmeros feridos eram levados à Santa Casa de Misericórdia. Foram muitos os mortos. A Cruz Vermelha apelava à população e muitos automóveis particulares foram cedidos para a remoção dos feridos. Foi decretado feriado.

Famílias residentes nos bairros da Luz, Campos Elíseos, Bom Retiro, São Caetano, Santana e nas imediações dos quartéis, abandonavam às pressas suas moradias e procuravam abrigo nas casas de parentes e amigos residentes em pontos distantes das zonas em conflito. Aquela parcela da população que dispunha de alguns meios deixou a cidade em direção ao interior, em trens ou automóveis. Mas São Paulo era então uma cidade de 700.000 habitantes e o número dos que partiam era insignificante face ao daqueles que, por falta de meios, tinham de permanecer.

Combates sangrentos se davam entre revoltosos e legalistas. A aviação foi utilizada pelos dois contendores para avaliar as forças oponentes e ainda para despejar panfletos. O Comando Revolucionário, percebendo sua desvantagem numérica, lançou um apelo de adesão à população, oferecendo vantagens materiais àqueles que aderissem aos combates.

Os motivos da revolta eram certamente desconhecidos de grande parte da população e, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, até mesmo de muitos soldados.

Uma comissão constituída por pessoas gradas de São Paulo foi formada para solicitar ao Presidente Bernardes que cessassem os bombardeios sobre a cidade, se os revoltosos também a isso se comprometessem. A comissão era constituída por Firmiano Pinto, Prefeito da Capital; Dom Duarte Leopoldo e Silva, Arcebispo metropolitano; Júlio Mesquita, político e jornalista; José Carlos Macedo Soares, Presidente da Associação Comercial de São Paulo; Frederico Vergueiro Steidel, presidente da Liga Nacionalista.

Jornais do dia 24 mostram que os bombardeios continuavam, saques e

incêndios se sucediam, trens partiam para o interior, moções de paulistas destacados eram enviadas ao prefeito e ao arcebispo pedindo que redobrassem esforços para que a luta fosse suspensa.

No dia 27, o General Isidoro enviou uma proposta de armistício ao comando legalista, proposta esta que tinha o patrocínio do presidente da Associação Comercial de São Paulo. A proposta foi rejeitada pelo Presidente do Estado, Carlos de Campos. Nesta mesma noite, os revoltosos começaram a deixar São Paulo. [2]

2 - Martins, 1992:283

No dia 29 de julho, já as forças legalistas estavam vitoriosas e Carlos de Campos de volta aos Campos Eliseos. A cidade de São Paulo buscava retornar à normalidade.

AS FONTES

Estes são os fatos, presentes nas várias fontes analisadas.

A IMPRENSA

Os jornais reportam o movimento das tropas, as negociações entre governo e revoltosos e mesmo o sofrimento da população, tratada de modo geral e impessoal.

Quanto à utilização da imprensa, cabem algumas observações: a utilização da imprensa requer que se considere o tipo de veículo, sua orientação ideológica, o público a que se dirige, a localização da notícia, importância atribuída, a frequência com que aparece.

Também deve ser considerada a conjuntura do momento. Como exemplo, faço referência ao início do movimento modernista e à Reforma da Constituição. Em 1922, ocorreu a Semana de Arte Moderna em São Paulo, acontecimento que despertou pouco interesse na imprensa, especialmente quando se considera a importância que a Semana foi adquirindo com o decorrer do tempo. Nesse momento, destaque maior era dado às eleições presidenciais quando o candidato era Artur Bernardes, e ocorreu o episódio das 'Cartas Falsas'. Em 1926 discutia-se no Legislativo a Reforma da Constituição, destacada por alguns órgãos da imprensa como o *Estado de S. Paulo*, enquanto outros jornais mais populares davam destaque à Marcha da Coluna Prestes que pouca atenção despertava entre os jornais mais interessados na constituição do Partido Democrático, enfim, na luta pelo poder.

De qualquer forma, é importantíssimo o estudo de um movimento pela imprensa, porque através dela tem-se a seqüência dos fatos, as decisões oficiais, o dia-a-dia do movimento, os transtornos infringidos a população, o movimento das tropas.

A imprensa é uma fonte contemporânea ao fato, mas que revela a face pública do acontecimento.

A imprensa não individualiza, não traz a tona sentimentos. Para conhecer como esta situação foi vivenciada pelas famílias, que mecanismos foram utilizados para superar as dificuldades decorrentes de uma revolução dentro da cidade, recorreremos a uma correspondência familiar e a relatos orais de pessoas que moravam na cidade no período.

CORRESPONDÊNCIA

No período em estudo, quando os meios de comunicação eram mais precários, grande importância era atribuída à correspondência. As distâncias eram grandes, havia o correio, o telégrafo, comunicações telefônicas bastante difíceis, havendo a diferenciação inicial entre correspondência ativa e passiva.

As correspondências configuram um gênero variado: de um modo geral, há cartas, telegramas, circulares. Há correspondência comercial, governamental, política, pessoal (familiar, social) etc. (Algumas são hoje substituídas pelos e-mails).

Cada gênero conta com suas características próprias, que evidenciavam não apenas o estilo próprio a cada um como também o estilo da época. Evidenciam as condições do relacionamento entre remetente e destinatário.

CORRESPONDÊNCIA FAMILIAR

As cartas de família por mim analisadas delineiam o retrato de uma época; mostram o cotidiano da família - o dia a dia, a educação dos filhos, o relacionamento com os parentes, os cuidados com a casa, com a saúde, o orçamento, a vida social, o lazer, o comércio da época. [3] As cartas de uma mulher dona de casa, contrariam o estereótipo da mulher sem cultura. Eugênia era uma mulher que lia, que acompanhava os fatos políticos e tinha sobre eles opinião.

Quanto à Revolta de 24, a correspondência é também uma fonte contemporânea ao fato.

No caso em questão, são cartas de uma mulher que vivia em São Paulo com a família, escritas ao marido, senador da República que nos dias da Revolta estava no Rio de Janeiro, então capital Federal

As cartas revelam a face privada ou particular da vivência do fato. Revelam sentimentos - a insegurança, o medo, a emoção que não aparecem na imprensa.

3 - Forma da
Análise: Ordem cronológica.
Análise da forma: Estilo (coloquial/formal),
Correção da linguagem/erros sistemáticos,
Forma de tratamento utilizada.
Análise de conteúdo.
Tema de cada carta.
Temas selecionados conforme o objeto da pesquisa (família e política; mulher e política).
Elaboração de cronologia dos fatos políticos.

Estou te escrevendo às 4 da madrugada, debaixo do soar dos canhões. Mas terça feira tornou-se zona de guerra.

A Revolta reflete-se no cotidiano da família, não alterando apenas a rotina, mas trazendo transtornos emocionais.

4 - Anninha era cunhada de Eugênia, sendo Alcino seu filho.

No princípio fomos para a casa de Anninha, [4] e como ela estivesse na Cruz Vermelha noite e dia e Alcino em Campos do Jordão, tomamos conta da casa. Lá estávamos relativamente bem, embora ouvíssemos tiroteios e bombardeios (...) tornou-se zona de guerra e tivemos de sair às pressas em automóveis da Cruz Vermelha.

...
Voltamos para casa, mas os bombardeios continuam horripilantes e também os tiroteios. Evelina de tão nervosa ficou doente, Nenê também está nervosíssima. Dr. Ovídio, a quem mandei chamar por intermédio da Cruz Vermelha, veio aqui e disse-me que saísse quanto antes.

A verdade é que isto aqui está deserto, com as casas completamente fechadas e tudo tomado pelos soldados.

Quis ir para Sorocaba, mas os trens estão suspensos. Para Santos onde eu quis ir desde o princípio é impossível, então resolvemos ir para a fazenda da Anninha. Eu estou muito triste com tudo isso e não sei como acabará.

Dificuldades materiais ocorriam e o marido tinha de encontrar meios para mandar algum dinheiro para a família.

Em outra carta, Eugênia escreve:

... continuam os bombardeios da grossa artilharia e tiroteios de carabina e metralhadora. Por aqui tem morrido muita gente em artilharia de bombas.

Parto hoje para a fazenda da Anninha. Isto aqui está um horror. Pensei na terça feira quando voltamos que pudéssemos ficar em casa, mesmo que fosse no porão... estão todos nervosíssimos em casa.

Os serviços pararam, trens estavam suspensos. A coragem do empregado mereceu comentários elogiosos:

O Carmo ficou sozinho nesta casa debaixo de um tiro-teio que durou três dias!

O comunicado do General Isidoro ao povo de São Paulo publicado pelo *O Estado de S. Paulo* na edição de 29 de julho, edição apreendida, foi copiado e enviado por Eugênia ao marido.

Terminada a Revolução, Eugênia escreve:

São Paulo ainda está muito triste, parece que parte da população ainda não voltou. Ontem fui com Anninha ver a casa dela e fiquei muito penalizada, pois está em completa ruína, será necessário refazer tudo. Se lá tivéssemos continuado, teríamos morrido. Todos os quartos que ocupávamos ruíram completamente.

Alguns dias depois de terminada a revolta, Eugênia ainda sente seus reflexos:

Eu ainda me sinto muito abalada com as emoções que tive com a revolução, sinto-me nervosíssima e muito abatida.

A emoção perpassa os acontecimentos narrados, que evidenciam as dificuldades enfrentadas, a solidariedade recebida de parentes e a insegurança.

A correspondência é uma fonte contemporânea ao fato, mas que revela a vivência do acontecimento no nível familiar.

RELATOS ORAIS

São relatos orais de mulheres paulistas que viviam em São Paulo nos dias na Revolta, naquele julho de 1924. Relatos que mostram também a vivência do movimento. Contudo, é a memória de um tempo passado, cujas consequências a depoente conhece e avalia em função de seus valores atuais.

Maria do Carmo, paulista, filha de advogado, nascida em 1906, relata a Revolta de 1924, ainda presente com muitos detalhes em sua memória:

A Revolução de 24 foi terrível para nós. Nós morávamos ali na Alameda Barros, a casa era muito grande, tínhamos muitos empregados, mas dentro da casa nós éramos quatro, papai, mamãe, minha irmã e eu. E começou aquela correria de tiroteio e tudo mais, e isso aqui em São Paulo, tiros... Foi o "querido" Eduardo Gomes que veio bombardear São Paulo com o "vermelhinho". A gente enxergava o aviãozinho dele, ficava apavorada. Ele jogava bombas

assim. Depois ele tornou-se um herói, mais tarde. Mas ele veio destruir São Paulo.

É uma avaliação a posteriori, referente ao brigadeiro Eduardo Gomes, que deixa claro que o passado é avaliado com os olhos do presente e tem em conta a trajetória política do brigadeiro. Maria do Carmo conta os momentos dramáticos vividos, pois os revolucionários tomaram a casa para instalar lá o quartel general e conta como a família conseguiu sair da cidade em um trem especial, conseguido graças a amigos do pai, diretores da Cia Paulista. Conta dos boatos e da preocupação;

Os boatos eram terríveis: "São Paulo está destruído, não tem mais nada de pé". Então papai dizia: "Imagine nossa casa que eles estão lá dentro, o que não terá acontecido!".

Mas na casa não houve destruição, pois os revolucionários logo deixaram a casa.

E daí quando acabou a Revolução, arranjamos um trem para voltar para São Paulo. Estávamos com o coração assim, sem saber como estava a nossa casa. Encontramos bem. Na minha cama tinha uma bala. Se eu estivesse dormindo lá tinha sido morta. A destruição não foi muita. Mas os boatos eram muitos! Teve muita coisa estragada, mas demolição, assim, arrasamento, não houve. Porque logo depois acabaram os bombardeios.

Outras depoentes também falaram sobre a Revolta de 1924, mostrando o medo de sair na rua e da casa ser atingida durante os bombardeios, a dificuldade de abastecimento, a saída de São Paulo. Uma delas é Georgina, filha de advogado e neta de um ex-presidente do Estado de São Paulo, nascida em 1906.

Era tropa andando pela cidade. Teve um dia que no café, nós comemos mandioca que tinham plantado no quintal. Não podia nem comprar pão na padaria que ficava três quadras mais abaixo. Porque sair na rua... era tiro para todo lado. Eu tinha até um quadro na parede de casa, que tinha um furinho de bala, uma bala que entrou pela janela. A casa era térrea na frente, mas como o terreno era lançante, tinha um porão alto. A gente passava a vida no porão, porque não podia sair.

Nós saímos da cidade no fim de uns dias, mas mais de uma

semana nós ficamos em São Paulo. Mamãe nos prendia – “Essa soldadesca solta aqui! Essas meninas!” Já eram moças. Mamãe não deixava a gente sair de casa, nem botar a cara na janela.

Daí, conseguimos de madrugada sair daqui, pegar o trem, um trem que ia para o interior e fomos para a fazenda do meu avô, a Fazenda Ressaca. Ficamos lá na fazenda mais quinze dias, porque foi até quase o fim do mês. Começou no dia 5 de julho e foi quase até o fim do mês.

Outro relato é o de Maria, filha de um cientista, nascida em 1909:

Eu trabalhei muito na Revolução de 24. A Revolução foi muito triste, porque foi no centro de São Paulo. Nós morávamos já ali em Higienópolis, na Veiga Filho. Eles atiravam para os Campos Eliseos e os obuses passavam – “trrrrom” – a gente ouvia o barulho das bombas. Meu pai dizia: “Se uma desgraçada dessas bombas perde a força e cai aqui!”. Não sei de onde eles atiravam. Só sei que o Brás foi muito atingido. E o pessoal foi se refugiar naquele cinema, eu já me lembro o nome; e uma bomba caiu lá, feriu muita gente, muitas crianças.

A mãe de Maria, a filha e uma amiga, ofereceram-se para trabalhar como voluntárias na Santa Casa, onde eram tratados os feridos.

Nós ficamos em São Paulo quase o tempo todo. No final, quase no final, estava um negócio muito feio e o Dr. Cazuzza [5] convidou para fugirmos para uma fazenda de um amigo dele. Estava tudo separado, tudo já previsto. Todo mundo estava escondendo documentos e coisas de valor debaixo do telhado para poder largar a casa abandonada até terminar a revolução. Nós não chegamos a sair, mas estávamos de saída para fugir. Estava muito feio.

5 - Cazuzza era o apelido familiar do político J. J. Cardoso de Melo

Quanto às causas da Revolta, Maria do Carmo apenas disse:

Foi porque queriam legalidade e era uma espécie de governo de “tacão”, mandava em tudo, tomava conta de tudo. Por causa disso. Daí então é que veio a democracia. Daí é que veio a democracia. Então foi aumentando, aumentando, até que empolgou São Paulo. Mas aí já foi entrando em 32.

Certamente, entre 1924 e 1932 muitos fatos políticos ocorreram, mas não se fizeram presentes no relato de Maria do Carmo, que passa diretamente para a Revolução Constitucionalista de 1932.

Mostram estes relatos a evocação de um fato que se deu no passado, cujo desfecho é conhecido.

Permanecem na memória dessas mulheres os fatos que romperam a rotina do cotidiano. Evidencia-se a solidariedade encontrada dentro da família extensa, ou na mesma classe social, configurando uma forma de solidariedade horizontal. As causas e as conseqüências políticas da Revolta são ignoradas, não foram fixadas na memória ou não foram mencionadas.

REFLEXÕES

A comparação dos dados, provenientes de várias fontes e referidos a um mesmo fato, permite algumas considerações:

A QUESTÃO DO TEMPO

O tempo referido nas cartas é o tempo do presente, é o tempo do vivido, quando as possibilidades ainda estavam em aberto, o futuro era desconhecido, cercado de incerteza. Essa dimensão da correspondência é encontrada em outros documentos como diários pessoais, também de difícil acesso. Retratam o fato vivido no cotidiano, na dimensão da vida privada. É o passado tal como estava sendo vivido. Pelos jornais, chega-se também a esse tempo vivido, a esse presente, mas em uma dimensão externa à vida privada, uma dimensão pública.

Pela correspondência atingimos portanto um tempo que *estava sendo vivido*, o *presente* do missivista, observando que a correspondência familiar tem sua referência na dimensão privada. Nos jornais temos também o presente em uma dimensão pública, com a vantagem de datar os passos do acontecimento focalizado.

Através dos relatos chegamos a um passado que *foi* vivido. A emoção dos participantes do evento revela-se bem diversa, em se tratando nas cartas de um tempo em que o futuro era ainda uma incógnita, e nos relatos, de um fato cujo desfecho é conhecido. Temos a visão do passado mediada pelo presente do depoente e por seus valores e conhecimentos atuais. É com os olhos de hoje que o depoente rememora e conta seu passado, impondo a ele critérios seletivos que vão sendo

formados no decorrer do tempo e que poderão, muito provavelmente, diferir dos valores que orientavam seu comportamento e sua ação no passado.

O COTIDIANO

A questão do tempo remete também à questão dos fatos rememorados e, de modo especial, aos fatos do cotidiano. Evidencia-se na correspondência familiar o cotidiano em suas múltiplas dimensões. Nos relatos, o cotidiano é referido em suas grandes linhas e o enfoque se faz mais nos fatos que rompem a rotina do cotidiano, rotina muito presente na correspondência. Nos relatos há um crivo seletivo que já teria ocorrido na memorização que se faz presente na rememoração.

A ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Na correspondência, observamos a importância de qualificar o remetente, assim como aquele a quem a carta se dirige, considerando o relacionamento existente entre ambos. O pesquisador não tem nenhum papel na elaboração do documento, o mesmo ocorrendo com a imprensa, cabendo neste caso ter em conta a orientação do jornal, a posição da notícia no periódico etc. Os relatos orais são coletados em um processo de interação entre o pesquisado e o pesquisador, na forma de uma conversa, estando o depoente falando para o pesquisador, em muitos casos sobre sua vida e sobre os fatos que viveu. Resultam dos relatos documentos construídos pelo pesquisador.

A QUESTÃO DA ÉTICA

Correspondências familiares, da mesma forma que diários pessoais, são documentos de difícil acesso e, mais do que isso, de utilização necessariamente marcada por padrões éticos. Nem sempre é o remetente quem entrega a correspondência ou o diário ao pesquisador. Quem dá ao pesquisador a carta de cessão? [6] Que direito terá o destinatário de tornar públicas as cartas recebidas?

No caso dos relatos, há a carta de cessão, quando o narrador autoriza a divulgação do conteúdo da narração e o padrão ético que implica em que não se disvirtue o sentido da narrativa. Quanto à imprensa, tem-se que proceder à correta identificação do periódico.

Mostram estas reflexões a riqueza e a importância da utilização de fontes variadas para o estudo do passado, mas também do padrão ético que deve reger seu uso.

6 - Nas cartas analisadas, foi separada a parte mais pessoal e utilizada apenas a que poderia fornecer um retrato da vida cotidiana da família, do papel da mulher e da vivência de fatos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Librairie Droz, 1972.
- BOSI, Ecléa. *Mulher e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- CARONE, Edgard. *Revoluções no Brasil contemporâneo 1922-1928*. São Paulo: Difel, 1965.
- CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. São Paulo: Freitas Bastos, 1932.
- CORREA, Anna Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- FAUSTO, Boris. *Pequenos ensaios da História da República: 1880-1945*. São Paulo: Cebrap, 10, 1972.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1950.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 (3. ed.)
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. "Correspondência e depoimentos orais: reflexões a partir da comparação entre duas fontes de dados para o estudo do passado". *Revista de História*, n. 125-126, 1991-1992.
- . "Eugênia, uma dona de casa". *Cadernos CERU*, n.5, série 2, 1994.
- . "História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta". In MEIHY, J. C. S. B. (org.) *(Re) Introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1997.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira - 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio. Vida cotidiana e história do subúrbio da cidade de São Caetano do Sul, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec/ São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano de Sul, 1992.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.